

INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO ESCOLAR NA INFÂNCIA: UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DISCURSIVAS EPISTÊMICAS DA PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

Isadora Cristina de Paula Queiroz¹, Laura Vasconcelos Torres¹, Tainá Silva Alves¹, Geniana dos Santos².

RESUMO

Este estudo destaca a temática inclusão, especificamente na infância a partir dos discursos que circulam no contexto da educação e da psicologia, entendendo-os como práticas de significação que subjetivam a Infância, e, por conseguinte, a criança que a encarna. Para tal, recorreu-se a pesquisa qualitativa, bibliográfica de perfil exploratório, realizada por meio de levantamento sistemático no portal Scielo. Para a organização dos dados foi efetuada a análise de conteúdo, inspirada em Bardin (1979), e posteriormente, a análise de Discurso mediante as categorias teóricas de Foucault (1996). Enquanto sentidos que orientam este estudo estão a ideia de regularidade, dispersão e rarefação, bem como, a produção de subjetivação por meio da linguagem. Como resultados é possível assinalar que o campo da Psicologia ainda possui uma tímida participação na produção de saberes sobre a educação inclusiva, embora seja o campo que, hegemonicamente, produz saberes sobre as crianças. Nesse sentido, o estudo procura problematizar a relação Psicologia e Educação como forma de discutir a educação inclusiva para a infância, produzindo saberes mais sensíveis à criança com algum tipo de necessidades específica.

Palavras-chave: Psicologia. Educação Inclusiva. Infância. Criança. Discurso.

ABSTRACT

This study highlights the theme of inclusion specifically in the childhood, starting from the elocution that circulates in the education and psychology context understanding them as meaning practices which subjective the childhood, therefore, the child who is incarnate. For this was used the qualitative research, exploratory profile bibliography accomplished by gathering systemic at Scielo site. The data was organized by content analyses, inspired in Bardin (1979), and then, by the analyses of Discourse from Foucault (1996) theoretical categories. The directions (meaning) that oriented this study were the regularity idea, dispersion and rarefaction, as well, the production of subjectivities based in the language. As a result is possible to say that the Psychology area has a tinny participation at the knowing production about the inclusive education although this area produces knowing about children, hegemonically. In this way the study search to problematize the Psychology and Education relation as a way to discuss the inclusive education to the childhood producing knowledge more sensible to the child who has a specifically necessity.

Keywords: Psychology. Inclusive Education. Childhood. Child. Discourse.

¹ Concluintes do curso de psicologia do Centro Universitário – UNIVAG

² Docente do curso de Psicologia e de Pedagogia, Assessora Técnica Pedagógica na Coordenadoria do Ensino Fundamental, Integrante do Núcleo de Educação Infantil (SEDUC/MT), Pesquisadora Colaboradora do Grupo de Estudos em Currículo da UFMT e do Grupo de Pesquisa, Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura – UERJ

Introdução

Este estudo destaca a temática inclusão, especificamente na infância a partir das práticas discursivas que circulam no contexto da educação e da psicologia. Como objetivo, procura-se levantar os sentidos para o processo de inclusão escolar, a partir de revisão dos saberes sobre essa temática na plataforma Scielo em um período que compreende os últimos dez anos de produção acerca da temática.

No que tange a temática abordada, a inclusão de crianças com necessidades específicas nas escolas regulares é uma problemática que envolve uma discussão entre as práticas nas escolas regulares e escolas ou classes especiais. Embora constantemente discutida, a temática ainda se mostra atravessada por diferentes formas de preconceitos, bem como de essencializações que, geralmente, significam a inclusão somente pela perspectiva do acesso ao espaço escolar.

Nesse cenário, a educação inclusiva tem conseguido se sustentar a partir do argumento da educação como direito para toda criança. A esse respeito, cabe destacar que a educação enquanto direito, tem sido pensada a partir de três atendimentos obrigatórios, o acesso, a permanência e a qualidade (SAVIANI, 2013). Tal direito se evidencia com a Declaração dos direitos humanos, de 1948, em seu artigo 26, que assegura a instrução como elemento central para a garantia da dignidade, da igualdade e da liberdade humana.

Com a evolução dos direitos fundamentais da pessoa humana, a educação passa a ser considerada um elemento central para a socialização, passando a ser resguardada nas políticas públicas como responsabilidade do Estado e direito de todo cidadão (LESSARD e CARPENTIER, 2016). No Brasil, as políticas educacionais têm procurado assumir esse caráter humanizador, ainda que com um descompasso frente as políticas educacionais de outros Países. Entretanto, tal postura, em muitos casos mais se assemelha a um processo de adaptação do meio à criança, mas sim, da criança ao espaço e padrões de normalidade estabelecidos no contexto escolar.

Nesse sentido, a questão do acesso, problema que atravessa a história da educação brasileira parece, em parte, ser uma questão superada, uma vez que, desde 1996, com a “colaboração” internacional da UNESCO, a formação dos pilares da educação, com as medidas do Banco Mundial, e especialmente pela reforma das políticas educacionais brasileiras, muitas crianças passaram a frequentar a escola. No que diz respeito à permanência, faz-se pertinente realçar que também tem sido foco das

políticas devido a essas mesmas medidas, associadas às reformas dos sistemas de ensino, de seriado para o ciclo de formação humana.

A qualidade educacional tem sido, portanto, uma garantia desafiadora para escola regular. Segundo autores (LOPES e MACEDO 2011), nesse ponto é que, diferentes estudos têm focalizado a atenção a Educação Inclusiva. Segundo Saviani (2013), a educação de qualidade pode ser entendida como o elemento central para a superação das desigualdades sociais. Nessa perspectiva, tendo uma reflexão mais ampla sobre o caráter socializador e de formação humana da educação, a escola torna-se um instrumento de inclusão. Esse instrumento, entretanto, historicamente foi pensado para pessoas potencialmente produtivas, futuros trabalhadores, e não para pessoas que, por algum motivo, vivenciam uma realidade de limitação¹.

Esta pesquisa procura, portanto, situar a temática inclusão para além do acesso e da permanência no espaço escolar, no sentido de avançar nas problematizações relativas a aprendizagem e a qualidade da vivência escolar, principalmente, no contexto da infância. Essa discussão se faz pertinente, uma vez que as literaturas específicas, bem como a legislação, têm mostrado que a inclusão e o acompanhamento (permanência) de crianças na escola ainda tem sido um desafio que educadores, pais e psicólogos tendem a enfrentar, nesse sentido, questionar a qualidade desse processo de inclusão tem sido uma demanda comumente protelada. Isso pois, como para essa clientela o acesso não foi universalizado, espera-se por isso, para que, posteriormente, a qualidade da permanência seja focalizada.

Desse modo, partindo das leituras realizadas para a produção deste estudo, faz-se necessário ressaltar a relevância da inclusão no sentido de um olhar amplo acerca do sujeito, nesse caso a criança, refletindo sobre o (s) discurso (s) encontrado (s) nos referidos campos (psicologia e educação). Inicialmente, as questões que nortearam o tema proposto abarcavam como a inclusão é pensada, como a psicologia contribui para tal inclusão e como se dá a inserção das crianças em escolas regulares, tendo como objetivo a compreensão da contribuição dos estudos em Psicologia e Educação.

Este estudo ainda lida com a noção de Infância, entendendo-a como uma construção social, portanto como uma significação dinâmica. Nesse sentido, compreende a existência de múltiplas formas de significar tal construção, portanto de

¹ Algo bastante importante de se destacar é que essa compreensão não é característica somente em nossa sociedade ocidental, pois estudos antropológicos também revelam que povos primitivos ou tradicionais, quando necessitam enfrentar a diferença, possuem rituais e hábitos rudimentares de segregação e aniquilação do outro que encarna tal diferença.

múltiplas Infâncias. A criança que em sua experiência de vida não é única, nem pode ser, desse modo, única a sua vivência da Infância.

METODOLOGIA

Neste tópico são apresentadas as decisões teóricas e metodológicas que nortearam a realização da presente investigação. Além disso, são ressaltados também, os procedimentos realizados para levantamento dos dados ora destacados.

O presente artigo é um estudo de base qualitativa que segundo Günther (2006) trata-se de uma pesquisa baseada em textos, com o objetivo de orientar a interpretação ou a análise de um determinado campo de saber, o que Günther (2006) denomina como “[...] forma de compreender por meio de explicações ou compreensões das relações entre variáveis” (GÜNTHER, 2006, p. 202).

A viabilização deste trabalho se deu a partir da técnica de levantamento de dados bibliográficos, visto que, a mesma permite a elaboração da análise dos materiais já publicados. Segundo Günther (2006) “[...] a análise de documentos é a variante mais antiga para realizar pesquisa, especialmente no que diz respeito a revisão de literatura [...]” (GÜNTHER, 2006, p.206).

O período estudado compreende o ano de 2006, uma vez que, de acordo com os levantamentos iniciais, segundo Brasil (2007), no ano de 2006, foram concluídos trabalhos que deram origem ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) o qual discute políticas estratégicas que possibilitaram a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas unidades de Ensino.

O levantamento de dados se deu em duas revistas específicas: a Revista Psicologia Escolar e Educacional e a Revista Brasileira de Educação Especial, tendo como foco a temática da inclusão, e, portanto, as práticas discursivas veiculadas no âmbito acadêmico sobre a temática.

No que se refere a *Revista Brasileira de Educação Especial*, foram encontrados 28 artigos no período de 2006 a 2016, e selecionados 19 os quais apresentavam maior afinidade com a temática proposta. Já na revista *Psicologia Escolar e Educacional* foram encontrados 78 resultados, dos quais foram selecionados posteriormente, 49 artigos, os mesmos, a partir da leitura e análise, passaram ainda por outra construção de *corpus*, devido ao excesso de dispersão temática. Por fim, da revista em questão foram selecionados 08 artigos que contemplavam a proposta.

Tendo em mãos os resultados preliminares da pesquisa, utilizou-se como método de análise de texto, a análise de conteúdo, objetivando, inicialmente, verificar a ocorrência e a frequência de determinados termos para posterior inferência.

Segundo Godoy (1995b) citado por Câmara (2013, p. 182) a análise de conteúdo, “[...] consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for à natureza do seu suporte”.

Ainda segundo Câmara (2013, p. 182) “[...] nessa análise, o pesquisador busca compreender as características, estruturas ou modelos que estão por trás dos fragmentos de mensagens tornados em consideração”. Após tal procedimento, iniciou-se a fase seguinte que consistiu em descrever os resultados preliminares, os critérios de seleção e descarte de artigos, bem como a sistematização dos resultados.

O material selecionado foi sistematizado da seguinte forma: organização do material a ser tratado como corpus, organização da tabela de ocorrência, com ano de publicação, nome do artigo, nome da revista e palavras chave; posteriormente, construiu-se uma tabela de descritores com categorização temática. Foram tabulados todos os artigos selecionados das revistas aqui apresentadas. Após a tabulação, foi realizado o descarte, ou seja, os materiais que não contemplaram a temática proposta, e por fim, foi realizada a descrição dos artigos analisados.

O procedimento de análise ora destacado, foi realizado a partir das categorias discursivas propostas por Foucault (1970), no livro *A Ordem do Discurso*. O trabalho, portanto, considerará a noção de Discurso enquanto produção discursiva forjada nas relações de poder, a partir do direito privilegiado da fala, da regularidade, da dispersão e rarefação, lida nesta investigação como impossibilidade de transparência no contexto discursivo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico serão apresentados os pressupostos teóricos utilizados no contexto da análise do discurso acerca da educação inclusiva de crianças com algum tipo de deficiência.

Para compreender a trajetória da inserção de estudantes com determinadas limitações nas escolas regulares se faz necessário descrever um breve histórico da história da educação especial até a proposta da inclusão escolar. Isso pois, aquilo que atualmente é visto como um direito, foi resultado de muitas lutas no campo educacional.

Segundo Mendes (2006), a história da educação especial começou a ser traçada no século XVI, com médicos e pedagogos que acreditavam nas possibilidades de indivíduos, que até então, eram considerados ineducáveis. A significação nesse período não via a diferença como algo a ser acolhida e sim como uma anormalidade a ser escondida, negada, segregada.

De acordo com Mendes (2006) a principal resposta ao tratamento de quem era considerado desviante, era de instituir em asilos e manicômios. Nesse contexto, paralelo a institucionalização citada, foram geradas, já no século XIX, “[...] as classes especiais nas escolas regulares, para onde os alunos difíceis passaram a ser encaminhados” (MENDES, 2006, p.387).

A segregação ou a criação de espaços para esses indivíduos com limitações específicas, eram justificadas, de modo que “[...] eles seriam mais bem atendidos em suas necessidades educacionais e ensinados em ambientes separados” (MENDES, 2006, p. 387- 388).

Tal argumento ainda parece sustentar práticas discursivas contemporâneas, quando a sociedade atribui a determinados profissionais um perfil específico, uma formação específica, nunca presente para justificar a necessidade de espaços de inclusão excludentes.

Diante disso, a educação especial, como cita Mendes (2006) foi se constituindo como um sistema paralelo ao sistema educacional geral, até que “[...] por motivos morais, lógicos, científicos, políticos, econômicos e legais, surgiram às bases para uma proposta de unificação” (MENDES, 2006, p.388).

A proposta da escolarização de crianças, com determinadas limitações, no sistema regular de ensino, começou a ser pensada, segundo Sanches e Teodoro (2006) em meados do século XX, nos anos 60, iniciando assim, o movimento de integração escolar.

A ruptura formal com a Educação Especial, segundo Sanches e Teodoro (2006) se dá com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, e reforça-se com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, “[...] que deu origem a Declaração de Salamanca assinada por 92 países, incluindo Portugal, e 25 organizações internacionais que acordaram nos princípios fundamentais da escola e da educação inclusiva” (SANCHES, TEODORO, 2006, p.64).

A Declaração de Salamanca é um dos principais documentos que visa à inclusão social, ou seja, assegura que a educação de pessoas com limitações seja parte integrante

do sistema educacional. Nesse período, outros documentos foram produzidos objetivando o apoio ao processo de inclusão.

O contexto histórico da década de 1960 apontava um avanço científico “[...] representado tanto pela comprovação das potencialidades educacionais dos portadores de deficiência quanto pelo criticismo científico direcionado aos serviços educacionais existentes” (MENDES, 2006, p.388). Essa produção expressa bem a urgência ao combate a exclusão, como aponta Sanches e Teodoro (2006) e a necessidade de criar condições para o processo de inclusão. Nota-se nesse posicionamento a utilização do termo portador de deficiência, algo posteriormente criticado por diferentes profissionais que asseguram que portar uma deficiência é uma forma de não reconhecer a singularidade da pessoa com deficiência.

No que diz respeito à educação inclusiva no Brasil, mesmo diante do percurso em relação às políticas de inclusão, ainda é visto que o país possui um caráter excludente, segregativo e conservador, como aponta Mantoan (2010). Isso pois, são inúmeras as oportunidades para observar que o caráter normativo e regularório com que a sociedade se propõe a lidar com a diferença.

Segundo a autora,

[...] a proposta de se incluir todos os alunos em uma única modalidade educacional, o ensino regular, tem se chocado com o conservadorismo de nossas escolas e com uma cultura assistencialista/terapêutica da Educação Especial (MANTOAN, 2010, p.1).

Já de acordo com Carneiro (2008), o movimento de discussão de integração de alunos com necessidades educativas especiais vem se intensificando nas duas últimas décadas no Brasil, envolvendo questões como as várias concepções de deficiência e com essas concepções o problema da avaliação, diagnóstico e prognóstico e, mesmo com a constituição de universalização e democratização ao estudo, “[...] a realidade educacional no Brasil hoje ainda é a de exclusão de significativa parcela dos alunos das redes públicas de ensino” (CARNEIRO, 2008, p.164).

No que se refere às estratégias de integração, Santos (1992, *apud*, Carneiro, 2008) informa que discussões sobre estratégias de integração se baseiam principalmente em dois fatores, sendo o primeiro nos princípios de igualdade, buscando democratizar as sociedades e garantia de direitos humanos. O segundo fator deve-se aos avanços científicos, comprovando a capacidade do potencial de aprendizagem “[...] assim, o reconhecimento deste princípio de integração em diferentes países, teria como resultado

mais direto o resgate da cidadania dos indivíduos considerados excepcionais” (CARNEIRO, p.167, 2008).

As concepções de integração desses indivíduos variam bastante, de acordo com cada país. Segundo Carneiro (2008), no Japão há escolas especiais que são vistas como integradoras, já na Grécia a integração se dá pela inserção de classes especiais dentro de escolas regulares, na Itália, que a partir do nosso ponto de vista é a forma mais adequada de se integrar, o movimento ocorre por meio da inserção desses alunos em escolas regulares, dessa forma, fechando escolas e classes especiais.

O mesmo movimento está acontecendo na Espanha. A dicotomia existente é que foram criados Centros Educacionais para os indivíduos que não puderam ser integrados em um ensino regular. Ainda de acordo com Santos (1992, *apud*, Carneiro, 2008) o movimento de integração nos Estados Unidos se deu na Segunda Guerra Mundial, quando houve uma pressão popular para a criação de oportunidades de trabalho e educação para soldados feridos em combate, demonstrando, assim, a crença na capacidade de trabalho desses indivíduos.

No Brasil, a discussão e práticas de integração de acordo com Carneiro (2008) inicialmente se dá no Período Imperial, tendo uma expansão após a II Guerra Mundial, surgindo desse modo, uma grande quantidade de entidades privadas e pelas campanhas nacionais ligados ao Ministério da Educação e Cultura.

O movimento de integração antecedeu a proposta de inclusão, que segundo Mantoan (2015) “[...] nada mais foi que um anúncio da possibilidade de inclusão escolar para aqueles estudantes que conseguissem adequar-se à escola comum, sem que esta revisasse seus pressupostos” (MANTOAN, 2015, p.10).

A discussão em torno da integração e da inclusão, segundo Mantoan (2003) cria ainda inúmeras polêmicas, provocando corporações de professores e profissionais da área da saúde que atuam no atendimento às pessoas com deficiência. Ainda segundo Mantoan (2003), a inclusão também afeta os professores da educação especial, visto que de acordo com autora, eles ficam temerosos em perder o espaço que conquistaram nas escolas e redes de ensino.

A ideia de integração e de inclusão, em alguns casos, apresentam definições diferentes, como por exemplo, a palavra integração remete a normatização desses indivíduos. Carneiro (2008) aponta que a integração remete à noção de que as escolas especiais preparam os alunos para as escolas regulares. Essa concepção nos faz lembrar

o ponto de vista que alguns indivíduos possuem referente às APAEs – Associação de Pais e Amigos do Excepcionais, como sendo um espaço de preparação.

A partir dessa discussão, faz-se necessário considerar a APAE enquanto ator importante quando se fala na história da inclusão escolar, e social, uma vez que, segundo Salvi (2003)

[...] diante das dificuldades dos pais em matricular seus filhos nas escolas regulares, em 11 de novembro de 1954, foi fundada na cidade do Rio de Janeiro, a primeira APAE do Brasil, destinada a promover o bem estar dos excepcionais, funcionando com cerca de 20 alunos inicialmente. (SALVI, 2003, p. 5)

Contudo, mesmo diante da proposta da APAE de pensar em um espaço para a demanda de pessoas com alguma necessidade específica e considerá-lo enquanto contexto de inclusão, consideramos ser esse um movimento de integração – conceito esse que difere do conceito de inclusão – uma vez que, a noção de inclusão, com a qual o presente estudo concorda, possui o movimento de inserção total desses indivíduos, sem a noção de que os mesmos têm que se preparar para que haja a inclusão, ou seja, defende-se que a sociedade deve aprender a lidar com a diferença para que consiga responder da melhor forma possível às necessidades desses indivíduos e não ao contrário, uma vez todos os sujeitos inseridos no contexto social possuem algum tipo de necessidade específica, sendo a normalidade apenas uma categoria utilizada para a regulação dos ambientes sociais, controle dos sujeitos e expressão desigual do poder.

De acordo com Sanches e Teodoro (2006), o movimento de integração escolar, funcionou de certa forma e por um determinado tempo, em que esses indivíduos foram deslocados para escolas regulares e, assim, recebiam atenção individualizada que era realizada por educadores das escolas especiais, enquanto para Sanches e Teodoro (2006):

A experiência adquirida com a integração escolar e toda a reflexão que a mesma gerou sobre a escola que exclui uma parte considerável dos seus alunos, não somente os que se encontram em situação de deficiência, ajudou a desencadear o movimento da inclusão que pretende promover o sucesso pessoal e acadêmico de todos os alunos, numa escola inclusiva (SANCHES, TEODORO, 2006, p.69)

Dessa forma, a inclusão, não focaliza somente aqueles significados com alguma necessidade específica, e sim um processo que deve contemplar todos os indivíduos como informam Sanches e Teodoro (2006).

Nesse contexto em que se discute integração e inclusão, Mantoan (2003) aponta que “[...] os dois vocábulos — integração e inclusão —, conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico-metodológicos divergentes” (MANTOAN, 2003, p.15).

Segundo a autora, no que se refere às situações de integração escolar, “[...] nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção” (MANTOAN, 2003, p.15). Sendo assim, compreende-se que o movimento de integração não contempla todos os estudantes com alguma limitação dentro nas classes regulares.

Quanto à inclusão, Mantoan (2003) aponta que essa proposta “[...] é incompatível com a integração, pois prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular” (MANTOAN, 2003, p.16).

Nessa perspectiva, compreende-se que a inclusão visa a possibilitar que um indivíduo com necessidades específicas possa conviver com outras pessoas ditas “normais” para possibilitar uma interação social diferenciada e, assim, contribuir com o desenvolvimento, respeitando as determinadas limitações e proporcionando uma reflexão sobre a importância de se democratizar os espaços educativos para que eles sejam realmente adaptados e voltados para todos.

Sabendo que a Psicologia possui uma grande importância no que diz respeito à compreensão dos processos educacionais e escolares, como aponta Dazzani (2010), é importante olhar para a inclusão, bem como, fazer a análise do discurso da temática proposta no campo da psicologia e da educação.

FOUCAULT E A ORDEM DO DISCURSO

Neste tópico são apresentadas as categorias teóricas que possibilitaram o processo de análise da temática estudada. Optou-se por trabalhar com a Análise de Discurso Foucaultiana, uma vez que a mesma se mostrou profícua na leitura dos dados levantados em meio as formações discursivas sobre a educação inclusiva.

Michel Foucault (1926-1984) foi um filósofo francês e como afirma Moreira (2004): “Não é tarefa fácil resumir, de modo simples, claro, preciso e rigoroso, o pensamento de um autor de textos densos e complexos [...]” (MOREIRA, 2004, p.611),

entretanto, procura-se neste trabalho salientar suas contribuições para o contexto da psicologia, ainda que de forma resumida.

Foucault é conhecido por suas teorias que abordam a relação entre poder e conhecimento, sendo este usado para o controle social por meio das instituições. Em muitas das suas teorizações, o autor discute a ideia de que são as relações de poder expressas em formações discursivas que definem aqueles que podem ou não construir significações, tornando-as hegemônicas.

Em seu livro *A Ordem do Discurso*, Foucault (1996) assinala para a maneira como todos os sujeitos se inscrevem em uma enunciação já existente, sendo esse falar antes do sujeito, sua pré-condição de existência. De certo modo, para o autor, existe uma ordenação do mundo pela linguagem e cada sujeito ao nascer necessita se apropriar dessa ordem para fazer parte do mundo como o conhecemos.

O impacto das produções de Foucault na educação instiga a pensar na relação poder e conhecimento, e como essa relação se mantém de forma a subjetivar os sujeitos. De acordo com Caciano e Silva (2012): “Um crítico da instituição escolar, Foucault ressalta que nas escolas a disciplina é moldada a partir de uma distribuição dos indivíduos no espaço utilizando técnicas para obter um sujeito cada vez mais submisso”. (CACIANO E SILVA, 2012, p.100).

A manutenção desse controle de poder na escola é realizada por meio de mecanismos que permitem o ajustamento e rotulação daqueles que fogem as regras e normas. Pensar sobre os conhecimentos que são produzidos a partir da diferença se torna importante no caso deste estudo, uma vez que possibilita compreender que existe uma forma de regular a normalidade e a diferença, especialmente, avaliando aquele que pode falar sobre a normalidade e sobre a diferença.

Nesse sentido, o presente estudo destaca que um dos campos que tradicionalmente tem corroborado para essa prática é o campo educacional, mas também o campo da psicologia. Em uma leitura do discurso regulatórios analisados por Foucault, o discurso terapêutico. “[...] a Psicologia, enquanto discurso e prática social, se instaura na sociedade disciplinar, como um saber cujo objeto é a alma, tendo como incumbência gerenciar as práticas de normatização” (FOUCAULT, 1983, *apud SILVA*, 2012, p.714)

Utilizaremos *A ordem do discurso*, uma publicação baseada na aula inaugural no Collège de France de Michel Foucault, de 1970, para analisar os diversos discursos possíveis de serem identificados nos artigos selecionados. O autor inicia o livro com

uma reflexão sobre a palavra do discurso, envolvida pelo desejo, mas barrada pela instituição, lançando uma reflexão: qual o perigo das pessoas falarem e seu discurso proliferarem indefinidamente?

Para tal, Foucault (1996) exprime que em toda sociedade a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída mediante procedimentos, que o autor denomina de procedimentos de exclusão.

O primeiro procedimento de exclusão, segundo Foucault, mais evidente e familiar, seria a interdição. Sendo a mesma exemplificada por três tipos:

- Tabu do objeto: em que há uma compreensão de que não se pode dizer tudo, sendo alguns objetos interditos para a significação.;
- Ritual da circunstância: Apresentando o entendimento de que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, assinalando para um contexto de fala, objetos ritualizados, termos essencializados e repertório específico para o tratamento de alguns objetos sociais;
- Direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: Tendo o sujeito que negociar sua vontade de saber com a vontade de verdade da instituição, a nem todos os sujeitos é permitido enunciar saberes sobre determinados objetos.

Há também outro tipo de exclusão, que é o da rejeição e separação, neste caso o autor faz um comparativo entre razão/loucura. Para ele o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros. Mesmo quando acolhido em seu discurso, ainda ocorre separação, pois segundo Foucault (1970) é sempre na manutenção da censura que a escuta se exerce. Escuta de um discurso investido de desejo e carregado de poder.

Entende-se que um discurso como o do louco, não se inscreve na ordem discursiva, não sabendo o seu lugar nas produções de sentido possíveis. Esse desconhecer aliena, tornando, portanto, o louco dependente de uma instituição que o abrigue, sendo também seu porta voz.

O terceiro sistema de exclusão está na oposição do verdadeiro e falso. Para o autor todos desejam que o discurso seja aceito como verdade, sendo que o discurso verdadeiro apoia-se sobre um suporte institucional, sendo reforçada e conduzida por todo um conjunto de práticas, e estas reconduzidas mediante a aplicação em uma sociedade.

Outros grupos isolados são os procedimentos internos, que são os discursos que exercem seu próprio controle, seriam eles procedimentos que ordenam, classificam e distribuem, elevando o discurso ao acontecimento e acaso.

O autor defende três tipos de procedimentos internos, o primeiro seria o comentário, o discurso que se refere ao mesmo pronunciado, os discursos que estão na origem da retomada de um novo ato, como este que estamos retomando as ideias de Foucault.

Outro princípio de procedimento interno do discurso que é complementar ao primeiro é o autor. Como princípio de agrupamento do discurso, lhe atribuindo valor perante o que foi dito. Outra ideia de limitação do discurso está nas disciplinas, que se define como um conjunto de métodos, definições, regras, técnicas e instrumentos acerca de determinada área. “È um principio de controle da produção do discurso” (FOUCAULT, 1996, p. 36).

O princípio da dispersão refere-se a analisar os discursos como acontecimentos dispersos e históricos, sendo analisado em uma perspectiva de descontinuidade e dispersão (MESQUISTA, 2008).

[...] discursos são dispersão e cabe ao analista justamente descrever essa dispersão, pesquisar se os elementos que os constituem possuem uma regularidade, uma ordem em seu aparecimento, correlações em sua simultaneidade, posições determinadas em um espaço comum, transformações ligadas e hierarquizadas. (FOUCAULT, 2005 *apud* MESQUITA, 2008, p.61)

Giacomini e Vargas (2010) trazem que regularidade é fruto de um processo de formação discursiva, e a sua busca se dá através dispersão dos elementos, considerando também um sentido de diferença. Como dito, o princípio da regularidade levará em conta o sentido da diferença, pois cada campo de saber irá utilizar um conceito de determinada forma, cabendo a análise definir o sistema de relação presente que efetua o discurso em sua unidade (GIACOMI e VARGAS, 2010). Nesse sentido, “[...] são as relações entre objetos, tipos enunciativos, conceitos e estratégias que possibilitam a passagem da aparente dispersão de elementos à regularidade, formando um único sistema vertical de dependência, em uma hierarquia de relações (MACHADO, 1982, p.165 *apud* GIACOMI e VARGAS, 2010, p.126).

Foucault (1996) traz quatro noções que regulam a análise, sendo noção de acontecimento, de regularidade, de série e a de condições de possibilidades. Ao considerar isso o autor recusa a ideia de originalidade dos discursos, pois são históricos e existindo sob determinadas condições (GIACOMI e VARGAS, 2010). Segundo Giacomini e Vargas (2010) sendo históricos determinados discursos não serão iguais, visto que, dependendo da época não poderá dizer qualquer coisa.

No contexto deste estudo consideramos importante salientar que os discursos acerca da criança com deficiência são carregados de significados e disputas, tais discursos subjetivam os processos de identificação no contexto social mais ampla, e também em contextos que se assimilam a essa ordenação do social, como a escola. Nesse sentido, a teoria de Foucault contribui para pensarmos em discursos sobre a criança produzidos em contextos de comunidades epistêmicas diversas.

ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE INCLUSÃO NOS CONTEXTOS DA EDUCAÇÃO E DA PSICOLOGIA (2006-2016)

O Processo de levantamento foi realizado tendo em vista as palavras chave inclusão e educação infantil. A pesquisa foi realizada por meio do Google Acadêmico, utilizando a pesquisa avançada que direcionava para plataformas acadêmicas e revistas científicas. Foram selecionados os artigos publicados somente na revista *Psicologia Escolar e Educacional* no período de 2006 a 2016. A pesquisa apontou aproximadamente 78 resultados, sendo analisados 49 artigos.

Os artigos selecionados foram os que abordavam inclusão e educação infantil, e os descartados é que não havia relação com a proposta. Nessa sistematização, somente oito artigos abordaram a temática proposta, como apresentado na tabela abaixo:

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DA OBRA
2007	Deficiência Mental e produção científica na base de dados da CAPES.
2010	Contribuições da escola para a (de) formação dos sujeitos surdos.
2013	Um estudo sobre o brincar de crianças autistas na perspectiva histórico-cultural
2014	Educação inclusiva: formação de atitudes na educação infantil
2015	Mesclando práticas em comunicação alternativa: caso de uma criança com autismo
2015	Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues?
2015	Análise das queixas da rede municipal encaminhadas para a Educação Especial
2016	Altas Habilidades/superdotação: o que dizem as pesquisas sobre essas crianças invisíveis?

Tabela 1. Artigos da revista *Psicologia Escolar e Educacional* compreendendo o ano 2006-2016 com a temática da inclusão.

Apresentado os dados da revista acima, iniciamos a análise a partir das discussões presentes nas publicações selecionadas.

Tendo a pesquisa centralizada no período de 2006 a 2016 com o recorte voltado para a educação infantil, verifica-se uma escassez no número de publicações que correspondem ao período selecionado.

A primeira publicação, como apresentado na tabela, foi no ano de 2007, trazendo como discussão as produções científicas que competem a temática da deficiência. A temática da inclusão, no âmbito da psicologia, no que se refere a revista selecionada, voltou a ser discutida apenas no ano de 2010, trazendo a discussão acerca da contribuição do espaço escolar para a formação de sujeitos surdos, e mais uma vez, há uma pausa nas publicações com a temática, que é retomada a partir de 2013, trazendo o brincar como elemento no processo de inclusão. Este tema retorna em 2014, período em que se discute a educação inclusiva.

No que se refere ao ano de 2015, esse foi o ano com maior número de publicações, tendo como foco determinadas necessidades voltadas ao público de crianças surdas ou autistas. A última publicação analisada compreende o ano de 2016, com o enfoque nas altas habilidades e superdotação, algo interessante, uma vez que a inclusão muitas vezes é remetida a inserção de sujeitos com algum tipo de transtorno, patologia ou limitação.

É possível verificar que as práticas discursivas presentes não estão relacionadas necessariamente à educação infantil, no entanto, esta foi mencionada em um dado momento, assim como a metodologia realizada no âmbito da educação infantil. Os estudos não centralizam a Infância, e por isso não discutem o ser criança, a partir dos dados obtidos, entende-se que a criança deixa de o ser quando definidas como deficientes. Algo que passa a ser resgatado a partir da presença de estudos sobre o brincar.

Além do que já foi apontado, os artigos trazem as leis, diretrizes e a Declaração de Salamanca para embasamento dos trabalhos, contendo objetivos diferentes, sendo eles, conhecer a convivência de crianças com outras crianças com algum tipo de limitação, encaminhamentos realizados no contexto da educação, inclusiva ou não, salas especiais em escolas regulares ou a inclusão em espaços regulares como a sala de aula, análise de comportamento, altas habilidades/superdotação, algum tipo de necessidade específica.

Nota-se a falta de produções acerca da inclusão na educação infantil que abordem as dificuldades encontradas, frente à inclusão na educação para Infância, tanto da equipe educacional, quanto dos pais e alunos. Quando se iniciou efetivamente a inserção dessa inclusão, se houve uma mudança de visão frente a esses sujeitos.

Podemos pensar a falta de publicações do âmbito da psicologia, no que se refere a temática da inclusão, uma vez que o profissional da psicologia não está inserido nos contextos educacionais.

Moreira e Guzzo (2014) trazem sobre a dificuldade da inserção do psicólogo no contexto educacional,

As escolas ainda esperam o modelo remediativo de psicologia que diagnóstica e cura e as políticas públicas revelam cisões e lacunas importantes que não asseguram o espaço e não esclarecem a função do psicólogo escolar (MOREIRA, GUZZO, 2014, p.43).

As autoras ainda ressaltam que

[...] o que é esperado e a ausência de uma política clara favorecem movimentos de resistência por parte dos professores e demais membros das equipes educativas e dificulta a elaboração e execução de propostas efetivas por parte dos profissionais que se dedicam ao contexto das escolas. (MOREIRA, GUZZO, 2014, p.43-44).

Entendemos a partir desse levantamento que, de certo modo, o número de publicações no âmbito da psicologia, no que se refere a temática do processo de inclusão, reflete a realidade profissional que também não conta com a inserção desejada do profissional psicólogo nos contextos educacionais.

No que se refere a *Revista Brasileira de Educação Especial*, foram encontrados 28 artigos que contemplaram a temática proposta no período de 2006-2016. Foram selecionados 19 artigos, sendo esses, materiais utilizados para análise, como apresentado na tabela a seguir:

ANO DE PUBLICAÇÃO	TÍTULO DA OBRA
2006	Políticas para a educação especial e as formas organizativas do trabalho pedagógico
2007	Afetividade e socialização como elementos facilitadores de inclusão em atividades de ginástica acrobática.
2007	Deficiente auditivos e escolaridade: fatores diferenciais que possibilitam acesso ao ensino superior
2008	A educação a luz do pensamento de Maturana
2008	Prazer e sofrimento docente nos processos de inclusão escolar
2009	Professores da educação especial: as relações com a diferença em questão
2009	Salas de Recursos de Jogos para o ensino de conceitos matemáticos
2009	Investigando a frequência escolar de crianças com epilepsia

2009	Aceleração, ritmo de produção e trajetória escolar: desenvolvendo o talento acadêmico
2011	Deficiência, cinema, imaginário e formação docente
2012	Diferença e semelhanças na dupla necessidade educacional especial: altas habilidades/superdotação x Síndrome de Asperger
2012	Representações sociais dos educadores de infância e a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais.
2013	Educação especial e inclusiva no ordenamento jurídico brasileiro
2013	Trabalho, educação e família: perspectivas para pessoa com deficiência intelectual
2013	Inclusão escolar e Educação Infantil: um estudo de caso
2013	Diversidade e Educação especial em diálogos: reflexões sobre os discursos da inclusão
2014	Alguns efeitos do nosso tempo na formação de professores da Educação Especial
2014	Educadores e estudantes: um olhar para a afetividade nas altas habilidades/superdotação
2015	Educação de surdos em tempos de inclusão

Tabela 2. Artigos da *Revista Brasileira de Educação Especial* compreendendo o ano 2006-2016 com a temática da inclusão.

Diante dos dados obtidos, verifica-se que, diferente dos resultados encontrados na revista de psicologia, que, teve publicações com a temática sugerida após o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) em 2006, a Revista Brasileira de Educação Especial, no referido ano, iniciou as publicações com a temática, trazendo em discussão questões políticas, que aparecem referindo-se às propostas inclusivas nas políticas de educação especial e uma crítica a homogeneização da escola regular.

A partir do ano de 2007, cresce o número de publicações acerca da temática proposta, e termos como afetividade e socialização, aparecem como elementos necessários para o processo de inclusão. No mesmo ano, é vista a discussão do acesso ao ensino superior, a qual a temática da infância e inclusão é inserida ao referir-se a deficiência auditiva e ao processo de desempenho, uma vez que deve ter início quando se insere no contexto escolar, na primeira fase da educação básica, para que assim, seja possível o acesso ao ensino superior.

No ano de 2008, o número de produções é equivalente ao 2007, contudo, as discussões apresentadas abarcam o espaço escolar no que se refere a totalidade do

indivíduo ali inserido, bem como ao corpo docente, referindo-se ao prazer e ao sofrimento.

O ano de 2009 destaca-se por possuir um maior número de produções, dentro do período selecionado. Como mencionado anteriormente, o professor começa a ser inserido nas discussões das publicações selecionadas, e no ano de 2009 não é diferente. A esse respeito é possível inferir que a elevada publicação pode estar relacionada à publicação dos documentos norteadores para a Educação Infantil no contexto do MEC. A partir dos resultados encontrados, pensa-se no processo de inclusão, considerando o professor, patologias específicas que podem ser fatores diretamente ligados ao desempenho dos alunos, as ferramentas a serem utilizadas como elementos no processo de inclusão e o conjunto de atributos e habilidades que favorecem no desempenho escolar, sendo esse último, mencionado como talento acadêmico.

Após o aumento de publicações na Revista Brasileira de Educação Especial, verificamos que, dentro do período selecionado, o ano de 2011, apresenta apenas um texto, no que se refere a temática proposta, trazendo para discussão a formação docente, seguindo o que as obras dos anos anteriores apresentaram como destaque.

A partir do ano de 2012, as publicações selecionadas, trazem ainda como foco, o profissional da educação, em meio ao processo de inclusão, e também discussões sobre necessidades educacionais especiais, abarcando não o que grande parte dos artigos discutem se utilizando do termo deficiência, mas sim, outras necessidades educacionais, como altas habilidades e superdotação, que pouco se discutem em se tratando do processo de inclusão.

Apenas no ano de 2013, são retomadas as discussões acerca de questões políticas que se relacionam com o processo de inclusão. Nesse mesmo ano, crescem o número de publicações acerca da temática, trazendo também como discussão a família nesse processo, pensa-se também no estudo de caso e reflexões acerca do discurso da inclusão.

A partir do ano de 2014, retoma-se a discussão acerca do educador e a sua formação, bem como, as altas habilidades, superdotação e a afetividade como sendo elementos a serem pensados no processo de inclusão.

A pesquisa, mesmo que direcionada do período de 2006 a 2016, tem a última produção publicada no ano de 2015, sendo essa, direcionada a discutir a educação de surdos em se tratando da inclusão.

Tendo apresentado os dados coletados, bem como as discussões que abarcam a temática, iremos apresentar, com base nas categorias de análise Foucaultiana, as práticas discursivas presentes no campo da psicologia e da educação.

No que diz respeito à regularidade, nos dois campos, encontramos discursos voltados para a formação dos educadores, em que se discute a atuação em meio ao processo de inclusão.

Verificamos também, uma atenção às altas habilidades e superdotação, fugindo ao que grande parte das publicações trazem como discussão ao referir a inclusão, uma vez que também se trata de uma necessidade educacional.

Foucault (1996) descreve que “[...] existem muitos procedimentos de controle e de delimitação do discurso” (p.21). Partindo desse princípio, identificamos que, termos como ‘deficiência’ foram utilizados ao apresentar a temática, mas ao discorrer sobre o assunto, foram substituídos por ‘necessidades educacionais especiais’, que ao substituir determinados termos, ou deixar de mencioná-los, há uma compreensão de que não se pode dizer tudo, sendo alguns objetos interditados para a significação, sendo esse na nossa interpretação uma forma de relatar sobre a improdutividade social da pessoa com deficiência, algo que vem se modificando, mas que possui vínculo com a genealogia da ideia de deficiência, entendemos esse processo de exclusão de alguns termos como aquilo que Foucault assinalou como Tabu do Objeto.

Ao falar de dispersão, consideramos que a família entra nesse contexto de discussão acerca da inclusão, de acordo com os dados obtidos, apenas uma vez. E nesse sentido também é possível identificar uma multiplicidade de sentidos para a pessoa, aquela que é subjetivada como eficiente ou deficiente.

Nesse processo de construção da articulação teórica entendemos ser o espaço acadêmico o lugar autorizado de fala sobre essa (s) infância (s), criança(s) que são compreendidas não por aquilo que são em si, mas por aquilo que é visto socialmente, uma falta que deve ser suprida, igualada, integrada. O discurso da integração nesse sentido, apresenta muito mais sentidos para a adequação desse corpo ao espaço que a construção de vivências significativas para a criança (pessoa) com deficiência.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir dos dados apresentados, verifica-se que há uma produção mais tímida da psicologia acerca da temática, especialmente frente à educação. Identificamos como

regularidade nos discursos apresentados, nas duas revistas as quais foram levantadas as publicações, obras que abordam a temática da inclusão e a formação e a prática dentro dos espaços educacionais

A inclusão, mesmo que com uma discussão escassa no campo da psicologia, não destaca o processo de inclusão apenas no viés das patologias ou transtornos, mas também abarca a formação profissional, a atenção sistêmica, bem como outras necessidades educacionais que também precisam ser consideradas como as altas habilidades.

Partindo da noção de inclusão, com a qual esse estudo está relacionado, no que se refere em possibilitar uma interação social diferenciada e, assim, contribuir com o desenvolvimento, respeitando as determinadas limitações e proporcionando uma reflexão sobre a importância de se democratizar os espaços educativos para que eles sejam realmente adaptados e voltados para todos, percebemos que as discussões levantadas, no período que compreende do ano de 2006 a 2016, estão ainda voltadas para as ‘determinadas limitações’ e não para o todo. Em alguns momentos é possível identificar que, ainda se pensa em um sujeito ahistórico e descontextualizado, e quando o profissional da psicologia entra no contexto da educação, a expectativa é que tal sujeito possa “remediar” as queixas ou as demandas relativas à inclusão no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos: 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CACIANO, Caroline; SILVA, Giuliana Arboite. Foucault e educação: as práticas de poder e a escola atual. *Revista e – Ped.* Vol. 2 – N 1. Ago 2012.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de Conteúdo: a teoria á prática em pesquisas sociais aplicadas ás organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia.** 6(2), jul-dez, 2013.

CARNEIRO, Maria Silvia Cardoso. Do ensino especial ao ensino regular: tentativas de integração escolar de alunos considerados portadores de necessidades educativas especiais. In ZANELLA, AV., et al., org. *Psicologia e práticas sociais* [online]. Rio de Janeiro: **Centro Edelstein de Pesquisas Sociais**, 2008. pp. 163-172. ISBN: 978-85-99662-87-8. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/886qz/pdf/zanella-9788599662878-15.pdf>>.

DAZZANI, Maria Virgínia Machado. A Psicologia Escolar e a Educação Inclusiva: Uma Leitura Crítica. **Psicologia, Ciência e Profissão**. v.30, n.2, p.362-375,2010. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v30n2/v30n2a11.pdf>> Acesso em: 15 de março de 2016.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola,1996.

GIACOMONI, Marcello Paniz; VARGAS, Anderson Zaleswki. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Veredas**, v. 2, p. 119-129, 2010

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus quantitativa: Esta é a questão? **Psicologia, Teoria e Pesquisa**. v.22, p. 201-209, Agosto, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/sicelo.php?script=_arttext&pid=S0102-37722006000200010&Ing=en&nrm=iso>

LOPES, Alice. C.; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSARD, Claude; CARPENTIER, Anylène. **Políticas Educativas**: a aplicação na prática. Tradução de Stephania Matousek, Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. O direito de ser, sendo diferente, na escola: por uma escola das diferenças. **Curso de Formação Continuada de Professores para o AEE**, 2010.

_____. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003

_____. Prefácio. In: **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Summus Editorial, 2015.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. v.11 n.33 set/dez, 2006. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>> Acesso em: 17 de março de 2016.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. O pensamento de Foucault e suas contribuições para a educação. **Educ. Soc.**, Campinas , v. 25, n. 87, p. 611-615, Aug. 2004.

MOREIRA, Ana Paula Gomes; GUZZO, Raquel Souza Lobo. O psicólogo na escola: um trabalho invisível? **Revista Interinstitucional de Psicologia**. 7 (1), jan-jun, 2014.

SANCHES, Isabel; TEODORO, Antonio; Da integração á inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de Educação**. v.8,n.8,2006. Disponível em:<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/issue/view/65>>. Acesso em: 17 de março de 2016.

SAVIANI, Demerval. **Aberturas para a história da educação: do debate teórico-metodológico no campo da história ao debate sobre a construção do sistema nacional de educação no Brasil.** Campinas, SP, Autores Associados, 2013.

SALVI, Inez. A inclusão da pessoa com necessidades educativas especiais no contexto educacional. **Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, 2003.

SILVA, Laura Belluzzo de Campos. Mudanças no campo da saúde e impactos para a psicologia. **Psicol. estud**, p. 711-715, 2012.